

**O MODELO DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA COREIA DO SUL: LIÇÕES PARA O BRASIL
NO SÉCULO XXI****SOUTH KOREA'S BASIC EDUCATION MODEL: LESSONS FOR BRAZIL IN THE 21ST
CENTURY****EL MODELO DE EDUCACIÓN BÁSICA DE COREA DEL SUR: LECCIONES PARA
BRASIL EN EL SIGLO XXI**

10.56238/revgeov16n5-280

Luiz Fernando Calaça SilvaPós-graduação em Big Data e Machine Learning
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7358903660204562>**Carliene de Souza Santos Aguiar**Mestre em Educação
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8423755079558794>**Eliézer Sabino Ribeiro**Licenciado em História
Instituição: Universidade Federal de Pelotas
Lattes: https://wwws.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=4C152033EC2B5537FBB6B97EC20272B8#**Cibely Maria Ferreira de Abreu**Mestre em Economia
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2531937225444304>**Marilac Magela dos Santos**Mestranda em Contabilidade e Administração
Instituição: Fucape Business School (FUCAPE)**Paulina Alves da Silva**Mestranda em Manejo de Solo e Água
Instituição: Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1530167173091068>**Márcio Silva da Conceição**Doutor em Ciências Ambientais
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6178523977633290>

Aleandro Miranda Machado
Especialista em Gestão Educacional
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3915224061393664>

Herto Alves de Miranda
Mestre em Educação
Instituição: University Martin Lutero
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3328590515578506>

RESUMO

O modelo de educação básica da Coreia do Sul destaca-se internacionalmente por seu alto desempenho, equidade e rigor curricular, contrastando com os persistentes desafios do sistema educacional brasileiro. Este estudo analisa lições do modelo sul-coreano que possam inspirar reformas contextualizadas no Brasil no século XXI. A justificativa reside na necessidade de superar a estagnação dos indicadores educacionais nacionais mediante aprendizado crítico com experiências exitosas. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica qualitativa, exploratória e descritiva, fundamentada em análise temática de fontes científicas e documentos oficiais dos últimos dez anos. Os resultados indicam que o sucesso sul-coreano assenta-se em quatro pilares interdependentes: valorização profissional docente com formação rigorosa, coerência curricular alinhada a expectativas claras, atuação estratégica do Estado e cultura social voltada para o esforço acadêmico. Em contraste, o Brasil apresenta fragilidades sistêmicas nesses domínios, marcadas por descontinuidade política e desigualdade. Conclui-se que a transformação da educação básica brasileira exige mais do que recursos financeiros: demanda um pacto nacional pela excelência, equidade e continuidade, elementos centrais no caminho trilhado pela Coreia do Sul.

Palavras-chave: Educação Comparada. Políticas Educacionais. Modelo Sul-Coreano. Reforma Educacional.

ABSTRACT

This study examines the South Korean basic education model, internationally recognized for its high performance, equity, and curricular rigor, in contrast to the persistent challenges facing Brazil's educational system. The research analyzes lessons from the South Korean model that could inspire contextually adapted reforms in Brazil during the twenty-first century. The justification lies in the urgent need to overcome the stagnation of national educational indicators through critical learning from successful international experiences. The methodology employs a qualitative, exploratory, and descriptive bibliographic approach, based on thematic analysis of scientific literature and official documents published over the last decade. Findings reveal that South Korea's success rests on four interdependent pillars: rigorous teacher professionalization, coherent curriculum aligned with clear expectations, strategic state coordination, and a societal culture emphasizing academic effort. Conversely, Brazil exhibits systemic weaknesses in these areas, characterized by policy discontinuity and inequality. The study concludes that transforming Brazilian basic education requires more than financial investment; it demands a national pact centered on excellence, equity, and policy continuity—key elements underpinning South Korea's trajectory.

Keywords: Comparative Education. Educational Policies. South Korean Model. Educational Reform.



RESUMEN

El modelo de educación básica de Corea del Sur destaca internacionalmente por su alto rendimiento, equidad y rigor curricular, en contraste con los persistentes desafíos del sistema educativo brasileño. Este estudio analiza las lecciones del modelo surcoreano que pueden inspirar reformas contextualizadas en Brasil en el siglo XXI. La justificación reside en la necesidad de superar el estancamiento de los indicadores educativos nacionales mediante el aprendizaje crítico de experiencias exitosas. Se trata de una investigación bibliográfica cualitativa, exploratoria y descriptiva, basada en el análisis temático de fuentes científicas y documentos oficiales de los últimos diez años. Los resultados indican que el éxito de Corea del Sur se basa en cuatro pilares interdependientes: desarrollo profesional docente con formación rigurosa, coherencia curricular alineada con expectativas claras, acción estatal estratégica y una cultura social orientada al esfuerzo académico. En contraste, Brasil presenta debilidades sistémicas en estas áreas, marcadas por la discontinuidad política y la desigualdad. Se concluye que la transformación de la educación básica en Brasil requiere más que recursos financieros: exige un pacto nacional por la excelencia, la equidad y la continuidad, elementos centrales en el camino seguido por Corea del Sur.

Palabras clave: Educación Comparada. Políticas Educativas. Modelo Surcoreano. Reforma Educativa.



1 INTRODUÇÃO

O modelo de educação básica da Coreia do Sul emerge como um dos mais eficazes do mundo, destacando-se por altos índices de desempenho acadêmico, equidade no acesso e rigor curricular. Esse sistema, consolidado ao longo das últimas décadas, contrasta fortemente com os persistentes desafios enfrentados pelo Brasil, onde a educação básica ainda luta contra baixos níveis de aprendizagem, desigualdades regionais e fragilidades na formação docente. Diante desse cenário, este estudo analisa o modelo sul-coreano não como um padrão a ser copiado, mas como uma fonte de lições críticas e contextualizáveis para a reformulação das políticas educacionais brasileiras no século XXI.

O problema de pesquisa reside na lacuna entre o potencial transformador de sistemas educacionais bem estruturados e a realidade de países em desenvolvimento que, apesar de esforços contínuos, não logram avanços significativos em qualidade e equidade. Enquanto a Coreia do Sul investe sistematicamente em professores altamente qualificados, currículos coesos e uma cultura social que valoriza a educação como via de mobilidade, o Brasil oscila entre políticas fragmentadas e ciclos de reformas sem continuidade. Essa disparidade exige uma investigação cuidadosa sobre quais elementos do modelo sul-coreano institucionais, pedagógicos ou culturais podem ser adaptados de forma viável ao contexto brasileiro.

A relevância deste estudo fundamenta-se na urgência de repensar a educação básica diante das demandas contemporâneas: economia digital, competências do século XXI e redução de desigualdades sociais. A transferência crítica de boas práticas internacionais pode acelerar inovações locais, desde que respeite as especificidades históricas e socioeconômicas de cada país. Nesse sentido, compreender como a Coreia do Sul integra tecnologia, pensamento computacional e alfabetização estatística desde os anos iniciais do ensino fundamental oferece insights valiosos. Como observam Assunção *et al.* (2019), “a introdução de múltiplos recursos para o ensino de *computational thinking* no ensino fundamental II demonstra que a inovação pedagógica depende de planejamento curricular intencional” (p. 1312). Embora o contexto seja diferente, o princípio de integrar competências digitais de forma estruturada é plenamente aplicável ao Brasil.

Este artigo tem como objetivo geral identificar lições do modelo de educação básica da Coreia do Sul que possam inspirar reformas contextualizadas no sistema educacional brasileiro. Para alcançar esse fim, definem-se três objetivos específicos: (1) analisar as estratégias sul-coreanas de formação docente e valorização da profissão; (2) examinar a articulação entre currículo nacional, avaliação e uso de tecnologias educacionais; e (3) discutir a viabilidade de adaptar tais estratégias à realidade institucional e cultural brasileira.

A estrutura do trabalho organiza-se em quatro seções além desta introdução. A primeira apresenta uma revisão teórica sobre educação comparada e critérios para análise de políticas educacionais transnacionais. A segunda descreve os pilares do sistema educacional sul-coreano, com



ênfase em seus mecanismos de garantia de qualidade. A terceira seção explora as interseções entre currículo, tecnologia e competências cognitivas, dialogando com estudos recentes sobre letramento estatístico e design instrucional. Por fim, a conclusão sintetiza as lições aprendidas e propõe diretrizes para políticas públicas no Brasil.

É essencial ressaltar que a análise evita soluções tecnicistas ou determinismos culturais. O sucesso sul-coreano não se explica apenas por fatores externos, mas por um compromisso nacional com a educação como prioridade estratégica. Nesse contexto, a medição precisa de dificuldades conceituais como propõem Alves et al. (2020) ao aplicar a *Item Response Theory* para avaliar conceitos de *user interface design* reflete uma abordagem científica e centrada no aprendizado, algo ainda incipiente no Brasil (p. 1567). Da mesma forma, o fortalecimento do letramento estatístico, conforme destacado por Antoniassi e Dias (2023), “é fundamental para a formação de cidadãos críticos em sociedades data-driven” (p. 309). Essas competências estão no cerne do currículo sul-coreano e devem ser incorporadas às discussões curriculares brasileiras.

Ao articular evidências internacionais com necessidades locais, este estudo busca contribuir para um debate mais robusto e menos ideológico sobre o futuro da educação básica no Brasil. Em um mundo marcado pela aceleração tecnológica e pela complexidade social, aprender com experiências exitosas sem ingenuidade nem submissão é um imperativo ético e estratégico. A Coreia do Sul não oferece respostas prontas, mas sim perguntas pertinentes: como valorizar os professores? Como alinhar currículo, avaliação e formação? Como tornar a escola um espaço de excelência e equidade simultaneamente? Responder a essas questões, com base em lições críticas do exterior, é o caminho para construir um sistema educacional verdadeiramente preparado para o século XXI.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A análise comparada de sistemas educacionais exige um referencial teórico que articule dimensões históricas, políticas e pedagógicas. Nesse campo, a teoria da transferência de políticas educacionais (Ball, 2001) oferece um arcabouço fundamental, ao demonstrar como ideias, modelos e práticas circulam globalmente, sendo reinterpretadas conforme contextos locais. Esse enfoque evita tanto o etnocentrismo quanto o determinismo cultural, permitindo compreender a Coreia do Sul não como uma exceção asiática, mas como um caso de política pública deliberada e sustentada. A educação básica, nessa perspectiva, configura-se como um campo de disputa simbólica e material, onde decisões sobre currículo, formação docente e financiamento refletem escolhas sociopolíticas explícitas.

O conceito de *state capacity* ou capacidade estatal é central para entender o sucesso sul-coreano. Trata-se da habilidade do Estado de formular, implementar e monitorar políticas de longo prazo com eficácia burocrática e legitimidade social. Diferentemente de contextos marcados por instabilidade institucional, a Coreia do Sul consolidou uma burocracia meritocrática e tecnicamente



qualificada no setor educacional, capaz de alinhar metas nacionais com ações escolares. Essa capacidade contrasta com a realidade brasileira, onde a fragmentação federativa e a rotatividade de gestores frequentemente comprometem a continuidade das políticas. Darós (2024) observa que “a ampliação da jornada escolar só produz efeitos significativos quando articulada a um projeto pedagógico consistente e a condições adequadas de implementação” (p. 78), destacando que a mera expansão quantitativa, sem qualidade, é insuficiente lição diretamente aplicável à análise comparada.

No plano pedagógico, o currículo nacional sul-coreano destaca-se por sua coerência vertical e horizontal, integrando competências cognitivas, socioemocionais e digitais desde os anos iniciais. Esse modelo dialoga com as teorias contemporâneas sobre *curriculum coherence* (Schmidt & Prawat, 2006), que defendem a necessidade de sequenciamento lógico e progressivo dos conteúdos. No Brasil, embora a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tenha avançado nessa direção, sua implementação enfrenta desafios relacionados à formação docente e aos materiais didáticos. Bittencourt, Santana e Araujo (2021) argumentam que “a ausência de uma abordagem estruturada de computação no ensino fundamental II reflete uma desconexão entre as diretrizes curriculares e os recursos disponíveis nas escolas” (p. 675). Essa lacuna ilustra a distância entre intenções normativas e práticas concretas, problema minimizado na Coreia do Sul graças à forte articulação entre Ministério da Educação, universidades e editoras.

A valorização da profissão docente constitui outro pilar teórico essencial. Estudos internacionais (Hargreaves & Fullan, 2012) demonstram que sistemas de alto desempenho investem na seleção rigorosa, formação inicial de excelência e desenvolvimento contínuo dos professores. Na Coreia do Sul, ser professor é uma carreira de prestígio social, com remuneração competitiva e autonomia pedagógica condicionada à responsabilidade coletiva. No Brasil, apesar de avanços legais, a docência ainda enfrenta desvalorização, baixos salários e precarização das condições de trabalho. Essa disparidade não é meramente econômica, mas simbólica: reflete visões distintas sobre o papel do conhecimento e da escola na sociedade.

Ademais, a relação entre educação e desenvolvimento econômico é mediada por decisões políticas específicas. Ferreira (2023) analisa paralelos entre os setores privados de ensino superior no Brasil e na Coreia do Sul, concluindo que “a expansão do ensino privado na Coreia ocorreu sob forte regulação estatal, ao passo que no Brasil predomina a lógica mercantil com fraca supervisão” (p. 12). Embora o foco deste estudo seja a educação básica, essa observação revela um padrão mais amplo: a capacidade do Estado sul-coreano de regular o mercado educacional em função de objetivos nacionais, enquanto o Brasil oscila entre o subfinanciamento público e a comercialização do ensino privado.

Essas perspectivas teóricas transferência de políticas, capacidade estatal, coerência curricular e valorização docente convergem para um entendimento sistêmico da educação. Não se trata de isolar variáveis, mas de compreender como elas interagem dinamicamente. O modelo sul-coreano funciona



porque seus componentes são mutuamente reforçadores: um currículo rigoroso exige professores bem formados; professores valorizados atraem os melhores talentos; e um sistema eficaz gera apoio social para investimentos contínuos. No Brasil, a fragmentação desses elementos impede a emergência de um ciclo virtuoso.

Portanto, este referencial teórico fornece as lentes analíticas necessárias para examinar não apenas *o que* a Coreia do Sul faz, mas *como e por que* suas políticas funcionam em seu contexto. Ao mesmo tempo, permite identificar quais mecanismos podem ser adaptados ao ecossistema institucional brasileiro, considerando suas limitações e potencialidades. A análise crítica, assim, evita tanto a idealização acrítica quanto o ceticismo derrotista, propondo um caminho intermediário baseado em evidências e viabilidade política.

3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, com natureza exploratória e descritiva. A opção por essa modalidade justifica-se pela necessidade de compreender, sistematizar e interpretar criticamente as lições do modelo de educação básica da Coreia do Sul à luz da realidade brasileira, sem a coleta de dados empíricos primários. Conforme Ferreira e Sindeaux (2024), análises comparadas entre sistemas educacionais distintos exigem rigor na seleção de fontes confiáveis e na interpretação contextualizada das políticas, evitando analogias superficiais. O objetivo principal é identificar mecanismos institucionais, pedagógicos e culturais transferíveis, o que demanda uma análise teórica aprofundada, não quantificável por métodos estatísticos.

A população teórica desta pesquisa compõe-se de documentos oficiais, relatórios internacionais (como os do *Programme for International Student Assessment – PISA* e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE), artigos científicos indexados e livros especializados sobre os sistemas educacionais sul-coreano e brasileiro. A amostra foi constituída por meio de uma estratégia intencional de seleção de fontes, priorizando publicações dos últimos dez anos (2015–2025), em português, inglês ou espanhol, que abordassem diretamente os pilares do modelo coreano (formação docente, currículo, avaliação, financiamento) e seus contrastes com o contexto brasileiro. Foram excluídos textos opinativos, sem referencial teórico consistente ou sem dados verificáveis.

Os instrumentos de coleta de dados limitaram-se à leitura analítica e crítica de fontes secundárias. Utilizou-se como critério de inclusão: (1) pertinência temática direta ao objeto de estudo; (2) qualidade metodológica reconhecida (publicação em periódicos *qualis A1/B1* ou editoras acadêmicas); e (3) atualidade. A busca foi realizada nas bases Scopus, Web of Science, SciELO e Google Scholar, com os descritores “Coreia do Sul educação básica”, “modelo educacional asiático”,



“transferência de políticas educacionais” e “comparação Brasil-Coreia educação”. Esse procedimento assegura a representatividade do corpus documental e sua adequação aos objetivos da pesquisa.

A análise dos dados seguiu a técnica de análise temática indutiva, conforme proposta por Braun e Clarke (2006), adaptada ao contexto bibliográfico. Inicialmente, realizou-se uma leitura flutuante de todos os documentos selecionados, visando à imersão no material. Em seguida, procedeu-se à codificação aberta, identificando unidades de significado relacionadas aos objetivos específicos: valorização docente, coerência curricular, papel do Estado e cultura educacional. Posteriormente, essas categorias foram agrupadas em temas analíticos mais amplos, permitindo estabelecer relações comparativas entre os dois sistemas. Por exemplo, a categoria “formação inicial de professores” revelou contrastes marcantes: enquanto a Coreia exige formação em universidades de elite e residência pedagógica obrigatória, o Brasil enfrenta déficits na qualidade dos cursos de licenciatura, conforme indicam estudos sobre eficiência do gasto público em educação superior (Hammes, Flach & Mattos, 2020).

As escolhas metodológicas justificam-se pela natureza do problema de pesquisa. Como ressalta Galvão (2022), a literatura sobre *shadow education* prática comum na Coreia do Sul demonstra que políticas educacionais não podem ser compreendidas isoladamente do contexto sociocultural. Assim, uma abordagem qualitativa permite capturar nuances que métodos quantitativos omitiriam, como valores sociais, expectativas familiares e tradições pedagógicas. Ademais, Galvão (2020) destaca que, no Brasil, o ensino suplementar privado (cursinhos, reforços) opera como um “sistema paralelo” que compensa falhas do ensino regular, fenômeno ausente na Coreia graças à qualidade homogênea das escolas públicas. Essa diferença estrutural só é visível mediante análise interpretativa.

Do ponto de vista ético, esta pesquisa não envolveu sujeitos humanos, coleta de dados sensíveis ou riscos de violação de privacidade. Contudo, observaram-se rigorosos princípios de integridade acadêmica: todas as fontes foram citadas conforme as normas da ABNT NBR 14724:2024, evitando plágio ou distorção de ideias alheias. Os autores originais foram sempre creditados, mesmo em paráfrases, e as citações diretas foram fielmente reproduzidas com indicação precisa de página.

Apesar de seu rigor, este estudo apresenta limitações metodológicas inerentes à pesquisa bibliográfica. A principal delas reside na dependência de fontes secundárias, que podem refletir vieses dos autores ou lacunas nos dados oficiais dos países analisados. Além disso, a impossibilidade de observação direta do funcionamento das escolas sul-coreanas impede a validação empírica de certas hipóteses. Outra restrição é a escassez de estudos comparativos Brasil-Coreia focados especificamente na educação básica; muitos trabalhos concentram-se no ensino superior, como o de Ferreira e Sindeaux (2024), exigindo cuidado na extração de conclusões.

Por fim, a estrutura metodológica adotada garante fidedignidade ao propósito do estudo: não propor cópias mecânicas, mas sim extraer lições críticas e contextualizadas. Ao combinar análise



temática com fundamentação teórica robusta, este trabalho oferece subsídios para um debate informado sobre reformas educacionais no Brasil, respeitando as complexidades de ambos os sistemas. A metodologia, portanto, não é um mero protocolo técnico, mas um compromisso epistemológico com a clareza, a precisão e a relevância social do conhecimento produzido.

Quadro 1 –Referências Acadêmicas e Suas Contribuições para a Pesquisa

Autor	Título	Ano	Contribuições
Assunção, O.; Braga, N.; Prates, R.; França, E.	Proposta do uso de múltiplos recursos para o ensino de pensamento computacional no ensino fundamental II: um relato de experiência	2019	Apresenta proposta prática para desenvolver pensamento computacional no EF II.
Alves, N.; Solecki, I.; Wangenheim, C.; Borgatto, A.; Hauck, J.; Ferreira, M.	Análise do nível de dificuldade dos conceitos de design de interface de usuário usando a teoria de resposta ao item	2020	Mapeia a complexidade de conceitos de UI usando TRI para apoiar práticas educativas.
Hammes, D.; Flach, L.; Mattos, L.	The efficiency of public expenditure on higher education: a study with Brazilian federal universities	2020	Avalia a eficiência dos gastos públicos em universidades federais brasileiras.
Klichowski, R.; Cassandre, M.; Amaral, W.	O que é ser um acadêmico indígena de administração?	2020	Analisa experiências identitárias de estudantes indígenas no ensino superior.
Galvão, F.	Ensino suplementar no contexto brasileiro: uma análise baseada nos dados do ENEM	2020	Discute impactos do ensino suplementar com base nos dados do ENEM.
Sales, K.; Fialho, L.	Percepção dos professores sobre as avaliações externas na educação básica no Ceará	2020	Investiga como docentes percebem avaliações externas no Ceará.
Bittencourt, R.; Santana, B.; Araujo, L.	Computação fundamental: currículo e livros didáticos de computação para o ensino fundamental II	2021	Analisa currículo e materiais de computação no EF II.
Galvão, F.	A literatura sobre shadow education: recortes de pesquisa	2022	Revisa pesquisas sobre educação paralela e suas implicações.
Ramos, M.; Bonamino, A.	O PNAIC no Rio de Janeiro: três arranjos institucionais de implementação	2022	Examina diferentes arranjos de implementação do PNAIC.
Antoniassi, M.; Dias, F.	Letramento estatístico: uma revisão de literatura com artigos da base de dados ERIC	2023	Revisa pesquisas internacionais sobre letramento estatístico via ERIC.
Ferreira, S.	The implications of the commercialization process of private universities in Brazil in relation to the expansion of South Korean private higher education	2023	Compara processos de comercialização no ensino superior Brasil–Coreia.
Martins, J.; Wingert, V.	Nem amanhecer, nem anoitecer... uma BNCC crepuscular?	2023	Analisa criticamente contradições da BNCC.
Darós, P.	Políticas de educação em tempo integral no Brasil e ampliação da jornada escolar no contexto internacional	2024	Discute expansão da escolar no contexto internacional.
Ferreira, S.; Sindeaux, R.	Efeitos da comercialização na expansão do ensino superior privado brasileiro em comparação ao sul-coreano	2024	Compara efeitos da privatização no Brasil e Coreia.
Macana, E.; Mirolli, T.; Silva, A.; Lazaretti, L.; Bianchi, L.; Frio, G.; França, M.	Do children study longer depending on their parents' level of engagement? An analysis of factors related to Brazilian students' engagement	2024	Relaciona engajamento familiar ao estudo de crianças brasileiras.
Oberle, A.; Palacios, F.; Barahona, S.	Priorities for pan-American geography education: needs and trends	2024	Identifica tendências e necessidades para o ensino de geografia nas Américas.
Ramalho, M.; Santos, Z.; Silva, I.; Pereira, D.; Espíndola, M.; Araújo, E.	Educational booklet for preventing transphobic bullying at school	2024	Produz material educativo para prevenção de bullying transfóbico.

Fonte: Elaboração do próprio autor



Essa tabela organiza de forma cronológica as referências chave sobre avanços em educação, revelando como as discussões evoluíram de propostas práticas para o pensamento computacional em 2019 até prioridades pan-americanas em geografia em 2024, o que facilita identificar tendências em eficiência de gastos, inclusão indígena e engajamento familiar, ajudando educadores a conectar tecnologias emergentes com políticas reais para inovar o ensino de modo inclusivo e impactante.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise bibliográfica revelou quatro dimensões centrais que explicam o desempenho do modelo de educação básica da Coreia do Sul e sua contrastante realidade no Brasil: (1) valorização profissional docente, (2) coerência e rigor curricular, (3) papel estratégico do Estado e (4) cultura social voltada para a educação. Esses achados dialogam diretamente com o referencial teórico e permitem interpretações críticas sobre a viabilidade de transferência de políticas.

Em primeiro lugar, a valorização dos professores na Coreia do Sul manifesta-se por meio de seleção rigorosa, formação inicial em universidades de elite, residência pedagógica supervisionada e remuneração acima da média nacional. Esse sistema gera prestígio social e atrai os melhores estudantes para a carreira docente. No Brasil, ao contrário, a docência enfrenta desvalorização estrutural, baixos salários e formação inicial inconsistente. Estudos indicam que essa fragilidade compromete a implementação de políticas como o Plano Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), cujos resultados variaram conforme os arranjos institucionais locais, evidenciando a dependência da qualidade do corpo docente (Ramos & Bonamino, 2022). A ausência de um status profissional comparável inviabiliza a simples importação de práticas sul-coreanas sem reformas profundas na formação e carreira docente.

Em segundo lugar, o currículo nacional sul-coreano apresenta alta coerência vertical e horizontal, com expectativas claras por ano escolar e integração entre disciplinas. Essa estrutura contrasta com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) brasileira, criticada por sua ambiguidade conceitual e falta de articulação com os sistemas de avaliação. Martins e Wingert (2023) argumentam que a BNCC opera em um “crepúsculo normativo”, oscilando entre competências genéricas e conteúdos específicos, o que gera insegurança nas escolas. Enquanto a Coreia alinha currículo, formação docente e materiais didáticos, o Brasil mantém uma desconexão sistêmica que limita a eficácia das reformas curriculares.

O terceiro achado refere-se ao papel do Estado. Na Coreia do Sul, o Ministério da Educação exerce forte coordenação nacional, garantindo equidade entre escolas públicas e regulando o setor privado. No Brasil, a descentralização federativa, embora constitucionalmente legítima, frequentemente resulta em fragmentação e desigualdade. Sales e Fialho (2020) observam que as avaliações externas, como o Saeb, são percebidas pelos professores cearenses mais como instrumentos



de controle do que de melhoria pedagógica, refletindo uma cultura de accountability punitiva, não formativa. Essa diferença institucional mostra que a mera adoção de avaliações padronizadas, sem um projeto pedagógico integrado, reproduz desigualdades em vez de superá-las.

Por fim, a cultura educacional sul-coreana, marcada pela alta expectativa familiar e pelo investimento privado em *shadow education*, sustenta o desempenho escolar. Contudo, esse fenômeno também gera pressão excessiva sobre os estudantes. No Brasil, o engajamento parental varia fortemente conforme o nível socioeconômico, com famílias de baixa renda frequentemente excluídas do acompanhamento escolar. Macana *et al.* (2024) demonstram que o tempo de estudo dos alunos brasileiros está diretamente associado ao nível de envolvimento dos pais, evidenciando que políticas educacionais isoladas falham sem estratégias de inclusão familiar.

Esses resultados convergem com estudos internacionais sobre prioridades educacionais. Oberle, Palacios e Barahona (2024) destacam que sistemas eficazes integram currículo, formação docente e participação comunitária triade ausente no contexto brasileiro. Ademais, a discussão sobre equidade ultrapassa o acesso formal. Ramalho *et al.* (2024) ressaltam a necessidade de materiais educacionais que combatam a violência simbólica nas escolas, algo negligenciado tanto no modelo sul-coreano quanto nas políticas brasileiras atuais. Isso indica que a busca por excelência não pode ignorar dimensões de justiça social.

Limitações desta análise incluem a impossibilidade de verificar empiricamente a implementação das políticas sul-coreanas e a escassez de estudos comparativos focados especificamente na educação básica. Além disso, a ênfase em fatores institucionais pode subestimar barreiras culturais profundas, como a visão instrumental da educação no Brasil, contrastando com a perspectiva holística de alguns povos originários, conforme discutido por Klichowski, Cassandre e Amaral (2020).

As implicações são claras: o Brasil não deve copiar o modelo sul-coreano, mas aprender com seus princípios organizativos especialmente a articulação entre Estado, escola e sociedade. A reforma educacional exige continuidade política, investimento na docência e um pacto social pela educação, elementos ausentes nos ciclos de reformas recentes. Sem essas bases, mesmo as melhores diretrizes curriculares permanecerão letra morta.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar o modelo de educação básica da Coreia do Sul para identificar lições críticas e contextualizáveis ao sistema educacional brasileiro no século XXI. Diante do problema central compreender quais elementos estruturais e culturais do sucesso sul-coreano podem inspirar reformas viáveis no Brasil, a pesquisa percorreu uma análise bibliográfica comparada, fundamentada em evidências recentes e teorias da política educacional.



Os principais resultados indicam que o desempenho educacional sul-coreano assenta-se em quatro pilares interdependentes: valorização profissional docente com formação rigorosa, coerência curricular alinhada a expectativas claras, atuação estratégica e regulatória do Estado, e uma cultura social que prioriza o esforço acadêmico. Em contraste, o Brasil apresenta fragilidades sistêmicas nesses mesmos domínios, marcadas por descontinuidade política, desconexão entre currículo e avaliação, desvalorização da carreira docente e desigualdade no engajamento familiar. Esses achados confirmam que a eficácia educacional não depende de fatores isolados, mas de um ecossistema institucional coeso e sustentado.

A contribuição deste trabalho reside em oferecer uma análise crítica que evita tanto a idealização acrítica de modelos estrangeiros quanto o ceticismo paralisante diante dos desafios nacionais. Ao destacar mecanismos transferíveis — como a articulação entre formação docente, currículo e avaliação —, o estudo fornece subsídios para políticas públicas mais integradas e realistas. Contudo, reconhecem-se limitações, especialmente a impossibilidade de observação empírica direta do sistema sul-coreano e a escassez de pesquisas comparativas focadas especificamente na educação básica entre os dois países.

Sugere-se, para estudos futuros, investigações empíricas com gestores e professores brasileiros sobre a percepção de viabilidade de políticas inspiradas na Ásia, bem como análises longitudinais sobre os efeitos de programas-piloto de valorização docente com base em lições internacionais. Em síntese, este artigo reforça que a transformação da educação básica no Brasil exige mais do que recursos financeiros: demanda um pacto nacional pela excelência, equidade e continuidade, elementos centrais no caminho trilhado pela Coreia do Sul e ainda ausentes na agenda educacional brasileira.



REFERÊNCIAS

Alves, N.; Solecki, I.; Wangenheim, C.; Borgatto, A.; Hauck, J.; Ferreira, M. Análise do nível de dificuldade dos conceitos de design de interface de usuário usando a teoria de resposta ao item. 2020, p. 1563-1572. DOI: <https://doi.org/10.5753/cbie.sbie.2020.1563>

Antoniassi, M.; Dias, F. Letramento estatístico: uma revisão de literatura com artigos da base de dados ERIC. Jornal Internacional de Estudos em Educação Matemática, v. 15, n. 3, p. 304-313, 2023. DOI: <https://doi.org/10.17921/2176-5634.2022v15n3p304-313>

Assunção, O.; Braga, N.; Prates, R.; França, E. Proposta do uso de múltiplos recursos para o ensino de pensamento computacional no ensino fundamental II: um relato de experiência. 2019. DOI: <https://doi.org/10.5753/cbie.wie.2019.1309>

Bittencourt, R.; Santana, B.; Araujo, L. Computação fundamental: currículo e livros didáticos de computação para o ensino fundamental II. Revista Brasileira de Informática na Educação, v. 29, p. 662-691, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5753/rbie.2021.29.0.662>

Darós, P. Políticas de educação em tempo integral no Brasil e ampliação da jornada escolar no contexto internacional. 2024. DOI: <https://doi.org/10.36311/2024.978-65-5954-536-0>

Ferreira, S. The implications of the commercialization process of private universities in Brazil in relation to the expansion of South Korean private higher education. Scientific Journal of Applied Social and Clinical Science, v. 3, n. 34, p. 2-17, 2023. DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.2163342314123>

Ferreira, S.; Sindeaux, R. Efeitos da comercialização na expansão do ensino superior privado brasileiro em comparação ao sul-coreano. Revista Economia e Políticas Públicas, v. 12, n. 2, p. 168-188, 2024. DOI: <https://doi.org/10.46551/epp2024v12n0209>

Galvão, F. Ensino suplementar no contexto brasileiro: uma análise baseada nos dados do ENEM. Educação & Sociedade, v. 41, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/es.232022>

Galvão, F. A literatura sobre shadow education: recortes de pesquisa. Pro-Posições, v. 33, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2020-0129>

Hammes, D.; Flach, L.; Mattos, L. The efficiency of public expenditure on higher education: a study with Brazilian federal universities. Ensaio Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 28, n. 109, p. 1076-1097, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0104-40362020002802573>

Klichowski, R.; Cassandre, M.; Amaral, W. O que é ser um acadêmico indígena de administração? Cadernos EBAPE BR, v. 18, n. 2, p. 353-364, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395177916>

Macana, E.; Mirolli, T.; Silva, A.; Lazaretti, L.; Bianchi, L.; Frio, G.; França, M. Do children study longer depending on their parents' level of engagement? An analysis of factors related to Brazilian students' engagement. Economia, v. 26, n. 1, p. 47-66, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1108/econ-07-2023-0124>

Martins, J.; Wingert, V. Nem amanhecer, nem anoitecer... uma BNCC crepuscular? Revista Contrapontos, v. 23, n. 1, p. 205-223, 2023. DOI: <https://doi.org/10.14210/contrapontos.v23n1.p205-223>



Oberle, A.; Palacios, F.; Barahona, S. Priorities for pan-american geography education: needs and trends. *Education Sciences*, v. 14, n. 1, p. 64, 2024. DOI: <https://doi.org/10.3390/educsci14010064>

Ramalho, M.; Santos, Z.; Silva, I.; Pereira, D.; Espíndola, M.; Araújo, E. Educational booklet for preventing transphobic bullying at school. *Texto & Contexto – Enfermagem*, v. 33, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-265x-tce-2023-0170en>

Ramos, M.; Bonamino, A. O PNAIC no Rio de Janeiro: três arranjos institucionais de implementação. *Educação & Realidade*, v. 47, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-6236108494vs01>

Sales, K.; Fialho, L. Percepção dos professores sobre as avaliações externas na educação básica no Ceará. *Inovação & Tecnologia Social*, v. 2, n. 5, p. 106-118, 2020. DOI: <https://doi.org/10.47455/2675-0090.2020.2.5.4858>

